

Estudos Técnicos Preliminares 100/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
100/2024	70008-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	MARCELLO CORREIA DE CASTRO	10/09/2024 19:03 (v 2.0)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		7635/2024

1. OBJETIVO.

1.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Preliminares identificar os problemas e examinar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para a elaboração de Termo de Referência de aquisição de 02 (dois) veículos automotores zero-quilômetro do tipo camioneta cabine dupla, a diesel, tração 4x4, à luz do disposto no art. 18, I e § 1º da Lei nº 14.133, de 1º/04 /2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 - SEGES/ME.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A Seção de Gestão de Transportes/COPAT/SAOF tem entre as suas atribuições previstas no art. 52-E da Resolução TRE/RN nº 5, de 20/03/2012 (Regulamento da Secretaria), alterado pela Resolução TRE/RN nº 106, de 23/05/2023, “V - Promover o transporte de autoridades, servidores, processos, materiais, mobiliários e equipamentos” e “X – Sugerir e fundamentar a justificativa de alienação, substituição ou **aquisição de novos veículos**”. A aquisição de novas viaturas é sempre motivada na necessidade de renovação gradativa da frota veicular e no planejamento das condições ideais de atendimento da demanda operacional de serviços.

2.2. Trata-se da compra de dois veículos para atendimento das necessidades de transporte institucional da Secretaria do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais de todo o Estado. Os veículos servirão tanto para o transporte de passageiros como de materiais e equipamentos que possam ser acomodados com segurança no compartimento de carga, e se somarão aos seis veículos deste órgão rotineiramente empregados nessas operações, quatro dos quais com cerca de oito anos de uso e com alta quilometragem.

2.3. A Seção de Gestão de Transportes – SETRAN está em via de solicitar o desfazimento, nos próximos meses, de pelo menos dois dos seus veículos, modelos a definir, evidenciando a necessidade de recomposição da frota com novas aquisições que melhor atendam as exigências do serviço.

2.4. Por último, importa mencionar que a SETRAN lida frequentemente com pedidos de servidores para utilização de camionetas em suas viagens, com a justificativa de que são mais confortáveis e seguras para transitar em nossa pouco confiável malha rodoviária. Sendo assim, a requisição de veículos maiores para locomoções ao interior do Estado aponta para a necessidade de promovermos a atualização da frota levando em conta a superioridade das camionetas em deslocamentos intermunicipais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

3.1. REQUISITOS ORÇAMENTÁRIOS.

3.1.1. O valor previsto para esta contratação se acha consignado no PCA 2024 no montante de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), conforme Código STR.XOO_24.08.

3.2. REQUISITOS TÉCNICOS.

3.2.1. A empresa licitante deverá ofertar veículos que, além de atender às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, deverá cumprir os requisitos relacionados neste tópico.

3.2.1.1. Os veículos ofertados deverão ser zero-quilômetro, originais de fábrica, ano/modelo igual ou posterior à data de realização do pregão, primeiro emplacamento e em perfeitas condições de manutenção, uso e dirigibilidade.

3.2.1.2. A contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas com impostos, fretes, inclusive para troca, taxas, contribuições, transportes, entregas e quaisquer outros custos resultantes da entrega dos veículos, sem qualquer ônus para o Contratante.

3.2.1.3. A contratada deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos veículos, editados em português, bem como o catálogo da rede autorizada em condições de atender à manutenção dos veículos adquiridos.

3.2.1.4. Os veículos deverão estar com todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pela legislação em vigor.

3.2.1.5. Os veículos em aquisição devem ter nível de emissão de poluentes dentro dos limites do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE (a comprovação da conformidade deve ser feita pela ENCE - Etiqueta Nacional de Conservação de Energia), com base na tabela de classificação do nível de eficiência energética, de notas A a E, e de emissão de poluentes e gases na atmosfera (partículas), de notas de A a E. Para os veículos pretendidos, as notas de classificação poderão ser de A a C.

3.2.1.6. O fornecedor deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e de 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11/09/1990), considerando que a Administração figura aqui como consumidor.

3.2.1.7. A Contratada deverá apresentar certificado de garantia emitido pelo fabricante.

3.3. REQUISITOS TEMPORAIS.

3.3.1. Os veículos devem atender aos padrões exigidos pela legislação brasileira em vigor e serem entregues nesta Capital em até 60 (sessenta) dias corridos contados do envio da nota de empenho, com o Certificado de Registro e Licenciamento de veículo (CRLV) em nome do TRE/RN, emplacados como veículo oficial da União e com todas as taxas do DETRAN pagas.

3.4. REQUISITOS GEOGRÁFICOS E OPERACIONAIS.

3.4.1. O fornecedor não precisa estar sediado no Rio Grande do Norte.

3.4.2. O fabricante deverá prestar assistência técnica dos veículos em rede credenciada na cidade de Natal/RN e/ou Região Metropolitana.

3.5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE.

3.5.1. A solução pretendida deve atender aos requisitos de sustentabilidade previstos para as contratações públicas.

3.5.2. Os veículos devem se enquadrar nas disposições do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – Proconve, instituído pela Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986.

3.6. REQUISITOS FISCAIS, TRABALHISTAS E ADMINISTRATIVOS.

3.6.1. A empresa licitante e contratada deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Tais condições devem ser mantidas durante todo o período da contratação, sob pena de rescisão contratual

3.6.2. A empresa licitante e contratada também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e junto ao Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas), com manutenção dessa condição durante a execução contratual.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

4.1. A aquisição dos veículos é uma proposição da Seção de Gestão Transportes/COPAT/SAOF, unidade responsável pela gestão da frota oficial. Após exame de alternativas para a solução, a equipe de planejamento concluiu que as opções colocadas no mercado como o serviço denominado TaxiGov e a própria locação de veículos não se adequam à realidade deste órgão. No caso do TaxiGov, levou-se em consideração o risco de comprometer a segurança de servidores e autoridades (magistrados, desembargadores e membros do Ministério Público) na sua condição de usuários nos deslocamentos a serviço do Tribunal, sobretudo pelo inconveniente da falta de controle sobre a escolha dos condutores. Ademais, o fato de o Tribunal já contar com uma frota própria e numerosa de veículos e a inequívoca capacidade do órgão de gerir com eficiência suas atividades de transporte também afastam a hipótese de se adotar o modelo TaxiGov. Quanto à locação de veículos para atender a essas necessidades, a equipe de planejamento considera uma opção onerosa e economicamente inviável, considerando que o preço médio pesquisado de uma única diária no mercado local fica acima de R\$ 300,00.

4.2. No intuito de equilibrar e delimitar os gastos com gasolina/álcool e óleo diesel dentro das metas fixadas pela Administração para o gerenciamento das despesas com abastecimento, a princípio a intenção desta unidade de transporte era adquirir veículos flex, todavia o mercado brasileiro impõe restrições que excluem essa possibilidade, haja vista que das cinco marcas de fabricantes pesquisadas nenhuma dispõe dessa tecnologia. Sendo assim, a fim de não comprometer o caráter competitivo da disputa, optou-se por veículos movidos a diesel, mantendo assim o padrão de nossa frota de picapes.

4.3. Nos certames para aquisição de veículos zero-quilômetro é comum haver conflitos entre concessionárias de fabricantes ou montadoras e revendedoras multimarcas em relação ao conceito do que é veículo zero-quilômetro. Enquanto as concessionárias invocam o art. 12 da Lei 6.729, de 28/11/1979, conhecida como Lei Ferrari, para afastar revendedoras não autorizadas da

disputa, as revendedoras sustentam que veículo zero-quilômetro é o não usado. O TCU tem se posicionado no sentido de que a aceitação somente de concessionárias nos processos licitatórios, através da restrição do conceito de veículo zero-quilômetro, ofenderia os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade e a livre concorrência (Acórdão 1015/2022 TCU – Plenário). No mesmo sentido dispõe o Acórdão 10125/2017-TCU - Segunda Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes).

4.4. Assim, considerando o princípio da competitividade, estabelecido no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, quanto maior o número de licitantes, maior é a probabilidade de as propostas contemplarem preços mais vantajosos para a Administração Pública. Portanto, deve ser permitida a participação tanto de concessionárias quanto de revendedoras multimarcas de veículos zero- quilômetro na licitação

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

5.1. A solução consiste na aquisição de dois veículos do tipo camioneta, zero-quilômetro, tração 4x4, a diesel, para incorporação à frota oficial do TRE/RN, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. A solução apontada baseia-se na necessidade de garantir a locomoção dos usuários (autoridades, servidores e terceirizados) e o transporte de material eleitoral, de informática e de consumo, equipamentos e insumos para execução de obras e manutenção nos cartórios do interior do Estado, de maneira mais rápida e segura. A aquisição de dois veículos com essas características atende ainda à necessidade de renovação parcial da frota, considerando a previsão de desativação mediante desfazimento nos próximos meses de, pelo menos, dois veículos. Vale salientar que os veículos do tipo picape são os mais utilizados pela Administração, sobretudo por serem mais espaçosas e mais seguras para trafegar em nossas rodovias, como também pela manutenção menos dispendiosa em razão de sua reconhecida robustez. O Termo de Referência oferecerá maior detalhamento das especificações técnicas.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.

6.1. A definição das quantidades levou em consideração o tempo de uso das quatro camionetas mais antigas à nossa disposição e, principalmente, a necessidade de se contar com veículos dessa mesma categoria para o transporte urbano e em viagens a serviço. Sendo assim, espera-se que a aquisição de 2 (dois) veículos, conforme propõem estes estudos, contribua para a otimização das atividades da Seção de Gestão de Transportes.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

7.1. O valor estimado desta contratação é:

Descrição do objeto	Qtde	Preço Unitário(R\$)	Valor total(R\$)
Veículo tipo camioneta cabine dupla 4x4 a diesel	02	275.000,00	550.000

Obs: o valor estimado foi obtido com base em consulta à tabela FIPE, dos modelos zero quilômetro, dos principais fabricantes, conforme tabela abaixo:

FABRICANTE	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL.
FORD	Ranger Limited 3.2 4x4 CD Diesel Aut.	R\$ 272.150,00	R\$ 544.300,00
Mitsubishi	L200 Triton Sport HPE 2.4 CD Diesel Aut.	R\$ 288.589,00	R\$ 577.178,00
NISSAN	Frontier ATTAC.CD 4x4 2.3 Bi-TB Die. Aut	R\$ 266.590,00	R\$ 533.180,00
TOYOTA	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	R\$ 271.414,00	R\$ 542.828,00
MÈDIA		R\$ 274.685,75	R\$ 549.371,50

Fonte: Tabela FIPE em 05/09/2024

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL.

8.1. Por se tratar de item único e não divisível a ser licitado (dois veículos com as mesmas características e finalidades), o parcelamento da solução não se aplica à aquisição em apreço.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

9.1. Não há contratações correlatas que repercutem na viabilidade da presente contratação.

10. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – 2024.

10.1. A aquisição tem respaldo no Plano de Contratações Anual – PCA 2024, conforme código da demanda STR.XOO_24.08.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS.

RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.

11.1. Almeja-se com a contratação a otimização dos recursos públicos empregados na estruturação e manutenção da frota de veículos oficiais deste Tribunal, tendo em vista ganhos em efetividade, conforto e segurança no atendimento das constantes demandas administrativas e judiciais, além da expectativa de benefícios em termos de sustentabilidade e economia, considerando que veículos novos consomem menos combustível, têm manutenção mais econômica e são tecnologicamente atualizados para serem mais silenciosos e funcionarem com baixa emissão de poluentes atmosféricos.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

13.1. Para esta contratação, foi dada preferência a opções de uso de combustível mais sustentável e de melhor eficiência energética, além de menor nível de emissão de poluentes, de modo a minimizar possíveis impactos ambientais, em conformidade com orientações normativas que regem a prática da sustentabilidade em contratações públicas.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

14.1. Considerando a necessidade da contratação que se tenciona demonstrar nestes Estudos Preliminares, concluímos pela viabilidade técnica e pela razoabilidade da solução descrita no subitem 5.1.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELLO CORREIA DE CASTRO

Integrante da equipe de planejamento da contratação